

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00003583-0

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **VALDECIR ANSOLIN**, portador do RG n. 2.235.475, inscrito no CPF n. 671.024.929-87, consultor de vendas, residente e domiciliado na Rua Hildebrando Picolli Lemes, 47E, Vila Real, Chapecó, 49 99974-9802, ansolin@hotmail.com, doravante denominado *compromissário*;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados";

CONSIDERANDO que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes somente será admitida na hipótese de utilidade pública

(artigo 8º, §1º, da lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO o dever legal do proprietário ou possuidor de recuperar as áreas de vegetação nativa suprimidas ou ocupadas sem autorização do órgão ambiental competente, visto o caráter preventivo, retributivo e curativo do princípio da responsabilidade civil ambiental, denominado "poluidor-pagador";

CONSIDERANDO que tramita no âmbito do Ministério Público o Inquérito Civil n. 06.2019.00003583-0, por meio do qual se constatou a existência de nascente e curso hídrico sem mata ciliar, no imóvel denominado "ponto 31 do lajeado São José", localizado na linha Caravagio, interior do município de Chapecó;

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª - O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade o isolamento e a recuperação da vegetação suprimida da área de preservação permanente (nascente e curso hídrico) localizada no imóvel denominado "ponto 31 do lajeado São José", linha Caravagio, interior do município de Chapecó;

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª - O compromissário compromete-se a recuperar a área degradada indicada na cláusula 1, mediante execução do projeto de recuperação de área degradada - Prad elaborado pelo engenheiro ambiental desta promotoria de justiça;

Cláusula 3ª: O compromissário se compromete a apresentar relatório de execução do projeto de recuperação da área degradada, que, na forma do art. 61A do Código Florestal, será de 8 metros das margens do curso d'água e de 15 metros da nascente ou olho d'água;

Cláusula 4ª. Relatório comprovando o cumprimento do projeto de recuperação da área degradada será apresentado a cada 180 dias ao Ministério Público.

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 5ª - Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, o compromissário ficará sujeito a multa diária de R\$ 200,00, ou multa de R\$ 100.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público, solidariamente;

Parágrafo primeiro - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados ;

Parágrafo segundo - O pagamento de eventual multa não exime o compromissário do cumprimento das obrigações contraídas;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 6ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

Cláusula 7ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o compromisso de ajustamento de conduta em duas vias, com igual eficácia de título executivo extrajudicial.

Chapecó, 17 de julho de 2020

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Valdecir Ansolin
Compromissário